

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE
Ano 1, Vol. I, Número 1, Jul-Dez, 2017, p. 195-209.

AMAZÔNIA: IDENTIDADE HISTÓRICO –CULTURAL, CIDADANIA E DESCOLONIZAÇÃO- DESAFIOS DO ENSINO

Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas

Resumo

O ensino só atende sua finalidade essencial de promoção das potencialidades e capacidades humanas em todas as áreas do conhecimento e dimensões, quando desenvolvido no sentido de superar a homogeneidade de paradigmas valorizando a diversidade e as diferenças como riquezas da humanidade, em todos os cenários históricos e geográficos onde ela se encontra. Este texto resultado de pesquisa bibliográfica e vivências na rede escolar em todas as esferas, objetiva analisar a necessidade do resgate da identidade histórica e cultural dos povos da Amazônia por meio de um ensino intercultural. Os paradigmas de “globocolonização” devem ser erradicados, pois é um processo no qual o respeito pela diversidade cultural, povos e nações é enfraquecido. Compete ao sistema de ensino o resgate da memória histórica e cultural da Amazônia, a valorização de sua cultura, economia, riquezas e tradições locais como formas legítimas e importantes da expressão humana, contribuindo para a descolonização do espaço cultural local e fortalecimento da identidade histórico cultural amazônica.

Palavras-chave: ensino; descolonização, história, cultura, Identidade, bem estar. Amazônia.

Amazon: Historical-Cultural Identity; Citizenship and decolonization; Challenges of Educational System.

ABSTRACT

Education only comply with its essential purpose of promotion of human potentialities and capacities in all areas of knowledge and dimensions, when developed on the way of overcome the homogeneity of paradigms valuing the diversity and the differences as riches of mankind, in all of historic and geographical scenes where it is found. This article, resulted of a bibliographic research and living experiences in educational system in all of spheres, aims to analyze the need of rescue of historical and cultural identity of people of Amazon through an intercultural educational system. The paradigms of “globocolonization” must be eradicated, since it is a process in which the respect for cultural diversity, people and nations is weakened. It is the responsibility of the educational system the rescue of the historical and cultural memory of Amazon, and the appreciation of its culture, economy, wealth and regional traditions as legitims and important forms of human expression, contributing to a decolonization of the local cultural space and fortification of historical and cultural identity of Amazon.

Keywords: Educational System; Decolonization; History; Culture; Identity; Well-being; Amazon.

Introdução

Este texto tem como objetivo refletir sobre os desafios do ensino diante da missão humana de realização das potencialidades, capacidades de cada pessoa, em prol do bem estar e desenvolvimento social e econômico próprio em particular da família humana como um todo, superando o tempo de exploração de colonização que tanto pesar trouxe para a humanidade.

Entendemos que pelo nível de consciência que boa parte da humanidade já avançou. Todavia, diante da diversidade cultural da humanidade e o processo histórico de colonização os prejuízos em termos culturais são imensos. Motivo pelo que, existe a necessidade do ensino atuar como elemento de descolonização e resgate da identidade de todos os povos do mundo e no nosso cenário particular, dos povos e nações amazônicas e até mesmo dos cidadãos brasileiros de modo a que se sintam e tenham comportamentos de cidadãos não apenas de meros habitantes na nação ou do território brasileiro.

Entendemos que é urgente que as escolas em todo o mundo e em especial nos países que sofreram com a colonização, realizem um processo de resgate histórico e cultural das origens, história e memória dos povos onde se inserem. Os ganhos serão para as próprias comunidades e povos de forma imediata em termos de identidade, autoestima e autoconceitos positivos e o avanço da própria humanidade.

Os danos à cultura da humanidade são imensos e para o bem comum dessa mesma humanidade, se faz necessário retomar as origens de todos os povos, valorizar todas as línguas, mitologias, conhecimentos que enriquecem seu acervo cultural.

O processo de colonização é um processo de pilhagem violenta e injusta das riquezas de nações pouco desenvolvidas militarmente em favor de algumas nações com poderio militar elevado. E esse processo historicamente só tem mudado de nome. Muda para ficar igual. Colonização, neocolonização... Na atualidade a prática de exploração e opressão tem sido chamada de “globocolonização” entendida como um fenômeno econômico e político violento, que empobrece o presente e o futuro da humanidade,

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE decorre do imperialismo econômico que sufoca as economias e culturas, usurpa direitos de cidadania, pilha as riquezas das nações colonizadas em prol do bem estar das metrópoles colonizadoras, afrontando a soberania das nações exploradas, deixando para trás a pobreza, a miséria e um mal estar psicossocial nas populações exploradas que são alijadas da condição de cidadania pois os governos ficam com migalhas insuficientes para a garantia da oferta de direitos como: educação de qualidade, saúde, moradia, trabalho aos seus cidadãos.

E o que o ensino pode fazer para mudar esse cenário? Acreditamos que o ensino pode ser uma ferramenta para fortalecer a identidade nacional, desenvolver a valorização da memória e das culturas dos povos que habitam o território nacional há milênios antes do processo de colonização iniciado por volta de 1500, a valorização também dos descendentes de colonizadores que habitam o território nacional na atualidade e que constituem a nação brasileira, mas em uma ótica de igualdade cultural não de superioridade do colonizador sobre o colonizado. Ora, quem garantiu a sobrevivência dos colonizadores foram os povos que aqui habitavam e habitam. Os descendentes dos colonizadores devem gratidão aos povos primeiros por ter lhes ensinado sobre os alimentos (mandioca, macaxeira, cará, açaí e medicamentos em geral) da terra das palmeiras, que foi rebatizada por Brasil. Entendemos que como nação, na atualidade precisamos reconhecer a codependência dos povos que habitam esse território, valorizarmos as culturas que aqui existem e seguirmos na construção da história nacional como cidadãos livre, soberanos de uma terra rica em tudo. Onde os objetivos constitucionais sejam efetivados com redução e até eliminação das desigualdades regionais do Brasil, onde todos os brasileiros independentemente de onde morem se em São Paulo, Brasília, Porto Alegre ou Atalaia do Norte recebam os mesmos serviços públicos de qualidade. Entendemos que o cenário brasileiro como um todo e em particular o amazônico em termos de sociodiversidade, possui forte contribuição para o progresso e bem estar de seus habitantes e cidadãos e da humanidade como um todo. Esse conteúdo pode ser objeto do currículo e do ensino escolar de forma intencional, sistemática e organizada em todas as esferas da educação básica e superior.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

A palavra ensino é derivada do latim “insignäre”, no sentido de “por uma marca” “assinalar”, “distinguir” (MACHADO, 2003, p. 408). Classifica-se como um substantivo masculino com o significado de transmissão de conhecimentos, instrução associando-se a métodos empregados no processo de ensino. Já o ensinar é um verbo transitivo direto que significa ministrar o ensino, lecionar, transmitir conhecimento, instruir, adestrar (FERREIRA, 2001, p. 270).

Na perspectiva do ensino como instrução, a palavra deriva do latim “instructio”, derivado de “strue-in”, construir sobre, incluir, ordenar, dispor, preparar, utilizado em geral para designar a atividade mediante a qual transmite, divide determinados conhecimentos (D’ARCAIS & ZULOAGA, 1990, p.787-788).

Sabemos que todo processo de ensino inicia com a sua visão de futuro. Ensino para desenvolver que ser humano, para qual sociedade, para quais valores, para quais interesse?

De modo que não podemos limitar o processo de ensino a uma mera técnica de instrução e transmissão ou construção neutra de saberes e conhecimentos. Simples assim, complexo assim. Teremos professores e gestores com uma visão e formação suficiente para atuar no contexto da multiculturalidade e diversidade social que caracteriza a sociedade nacional brasileira?

Não é possível desenvolver as potencialidades e capacidades dos seres humanos ignorando sua história e sua cultura somente para atender interesses econômicos do mercado. Estaríamos desenvolvendo alienados de si mesmos, massa de manobra, sem memória, sem autoestima positiva de sua história, de seu país. Infelizmente é o que temos constatado nas últimas décadas em nosso sistema de ensino/educação escolar colonizada. O grau de alienação é tão acentuado que não se tem consciência da condição de alienado da própria origem e história, da condição de colonizado, explorado, negado, oprimido entre os próprios profissionais do ensino. Muitas pessoas não sabem de onde vieram e porque vieram nossos antepassados, se como colonizadores, colonizados, escravos, escravizadores. Porque estão habitando esse território, quem o habitava antes. Em termos éticos, quem foram os primeiros a construir a civilização e os primeiros passos da

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE
humanidade nesse território. Que respeito esses pioneiros seres humanos merecem das atuais gerações?

Segundo o documento da CAPES associado, a área de ensino, recentemente desmembrada da área de educação tem como foco pesquisas, estudos e atividades associadas ao ensino de determinado conteúdo (CAPES, 2016). O nosso foco neste texto é uma reflexão sobre os conteúdos do processo de ensino que nos levaram, nos levam e nos levarão à alienação ou a sua superação.

A busca pelo compromisso com a cultura e a memória histórica e identidade regional amazônica e nacional do Brasil é urgente. Nos debruçamos sobre os conceitos apresentados neste pequeno texto pois estamos imersos no cotidiano do sertão amazônico há 46 anos e temos vivenciado a exclusão, a invisibilidade nas políticas públicas básicas.

Buscamos uma explicação para os fatos diante do desafio constitucional de redução das desigualdades regionais, de bem estar social e de exercício pleno da cidadania onde todos os brasileiros devem ser tratados igualmente com isonomia. Se estamos no território brasileiro e somos cidadãos do Brasil onde estão os serviços públicos assegurados pela legislação vigente para que sejam utilizados: saúde, educação, habitação, saneamento, dentre outros.

Tomamos em consideração a máxima psicológica de que todo comportamento tem duas origens: ou é inato, ou aprendido. Ora como se aprende a ser um cidadão de uma nação soberana? Como se aprender a ser um mero habitante de um país colonizado e explorado por outras nações? Como se aprende a construir uma identidade de igualdade, dignidade quando não se tem acesso aos direitos de cidadania, às riquezas que o seu território possui e que são exploradas em favor de outras nações longínquas? Como ensinar a um estudante que ele não poderá cursar a escola ou a universidade por falta de professores habilitados ou por falta de vagas nas universidades públicas, ou por falta de recursos financeiros, numa das dez maiores economias do planeta, o Brasil?

Do ponto de vista legal, filosófico, sociológico e didático o ensino não é neutro nem descontextualizado do ambiente histórico e econômico. No ambiente Latino Americano em particular do Brasil e especificamente no Amazônico, o processo de ensino

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE escolar atendeu a interesses de exploração e subordinação onde a cultura local é inferiorizada e negada em favor da cultura dos colonizadores especialmente portugueses. Nada contra a cultura de Portugal ela faz parte da cultura brasileira, não é a única. Todas devem ser valorizadas e têm sua existência sagrada no mosaico da cultura nacional do Brasil.

Aqui no Brasil como na África, os colonizadores portugueses fixaram seus patrícios pobres, cedendo-lhes terras e autorizando-os a explorarem as riquezas naturais do território e o trabalho dos povos nativos que chamaram de “índios”. Tal exploração caracterizava-se pela truculência e na maioria das vezes pela escravização das pessoas, que para se livrarem do sistema que contrastava com seus princípios, estilos de vida e valores fugiam para as profundezas da floresta quando podiam. Pois os valores e interesses dos colonizadores eram contrários aos seus interesses e valores de liberdade, convivência familiar e uma vida simples e harmônica em comunidade.

Dada a dificuldade de subjugar os povos “indígenas”, foram trazidos à força milhares de pessoas, representantes dos povos africanos, que longe de suas terras foram sujeitadas a ferros e pelo chicote aos trabalhos forçados. Mesmo assim, a liberdade que caracteriza a condição natural do ser humano foi mais forte e impulsionou a formação de quilombos onde instituíram a vida que lhes aprove de acordo com suas raízes culturais e valores que destoam dos valores e interesses dos colonizadores.

Tal processo de colonização selvagem precisou criar a ideologia de raça para justificar a violência, a escravização e a servidão para com os europeus....

Considerando a diversidade cultural do Brasil e dos povos amazônicos entendemos que o processo didático de qualquer campo do conhecimento, para ser legítimo no sentido da promoção do desenvolvimento das potencialidades e capacidades dos estudantes, em todas as esferas, necessita do compromisso com a história e o resgate da cultura dos sujeitos em processo de se educarem, partindo de suas raízes históricas e culturais.

Esse processo de ensino promoveria a valorização dos antepassados, desenterrando a verdadeira história de seus avós e pais que, como pobres e desterrados

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE foram fixados ao território amazônico, invadindo o espaço histórico e geográficos de outros povos e culturas dos chamados indígenas que ainda resistem historicamente na luta por seus territórios, manutenção de suas línguas, cultura e direito à vida e dignidade de suas nações milenares em terras brasileiras e amazônicas.

De acordo com Quijano, 2005, p. 117.

Raça é uma categoria mental da modernidade. A ideia de raça no sentido moderno não tem História conhecida antes da América... A formação de relações sociais fundadas nessa ideia produziu na América identidades sociais historicamente novas: negro, índio, mestiços, e redefiniu outras, português, espanhol, mais tarde europeu... em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumento de classificação social básica da população...

O que objetivamos enfatizar que o racismo é uma criação do capitalismo e do colonialismo para justificar o injustificável a exploração, opressão de pessoas em prol dos interesses de um grupo militarmente superior, não culturalmente. É vergonhoso para a humanidade.

Segundo um documento disponível na web o ex presidente de Portugal Salazar, em um documento de Estado expressou que:

O colonialismo exige essencialmente o desnível das raças e das culturas, um objectivo de exploração económica pela dominação política, a qual geralmente se exprime pela diferenciação entre cidadão e súbdito. Não há colonialismo onde nenhum benefício estrangeiro ou financeiro se tira (...) Não é possível conceber este estatuto ou condição de colónia quando é semelhante o nível de vida, idêntica a cultura, indiferenciado o direito público, igual a posição dos indivíduos perante as instituições e as leis. Não pode haver colonialismo onde o povo faz parte integrante da Nação, onde os cidadãos colaboram activamente na formação do Estado,

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

em termos de igualdade com todos os demais, onde os indivíduos exercem funções públicas e se movem e trabalham no conjunto dos territórios. E tudo isto não de agora, estabelecido ou legislado à pressa, mas cimentado pêlos séculos, quase podemos dizer desde sempre. (MACUA, 2017)

Ou seja, com a fala do estadista português fica evidente os valores, modos de pensar e consequentemente de agir dos colonizadores portugueses com relação aos povos e nações que colonizaram. O que é um equívoco e precisa ser desmontado pelo processo de ensino intencional, sistemático e organizado.

Na atualidade, 2017 depois de Cristo, não é possível continuar a ensinar como se “Os povos conquistados e dominados foram postos numa posição natural de inferioridade, e consequentemente seus traços fenótipos, bem como suas descobertas mentais e culturais”. (QUIJANO, 2005, p. 118). As pessoas e culturas não são hierarquizadas. Toda a humanidade é digna e rica com suas características. Todo ser humano é livre e tem direito à soberania sobre seu território e suas riquezas.

Entendemos que o sistema de ensino precisa atuar para a superação do colonialismo, da mentalidade colonizada que temos inclusive no meio acadêmico e científico. Obvio, não há neutralidade em se tratando de ser humano. É evidente que “a colonialidade do poder instalou na América Latina uma estratificação social que coloca o branco europeu acima dos indígenas e negros- esses grupos são constituídos como identidades homogêneas e negativas”. (WALSH, 2007, p.104). O que não é verdade e precisa ser superado e reparado. Os primeiros habitantes da América merecem respeito ao seu lugar sagrado nesse território onde todos habitamos na atualidade, eles estavam aqui antes da chegada dos europeus brancos. O que ocorreu foi injusto e é injusto e desonesto continuar a disseminar essa ideologia falsa de superioridade dos descendentes dos europeus sobre os nativos da região.

O trabalho em prol da valorização da diversidade e promoção da igualdade é essencial e exige ajustes dos currículos de formação profissional em todas as áreas do conhecimento, nos meios de comunicação em geral e especialmente nos cursos de

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE formação de profissionais que atuam no campo da educação, das comunicações como um todo, pois “a colonialidade do ser ocorre quando alguns seres se impõem sobre os outros, exercendo assim um controle... (WALSH, 2007p. 105).

O atual estágio de bem estar e desenvolvimento assimétrico no cenário da humanidade somente se justifica pela exploração selvagem de algumas nações muito ricas e poderosas militarmente sobre as nações com outros valores e interesses que precisaram sujeitar-se para sobreviver “... O que está em jogo são sistemas distintos de pensar e construir conhecimentos” (WALSH, 2007p. 107).

Sabemos que “a produção do saber tem consequências políticas” (WALSH, 2007p.110), todavia, entendemos que o avanço histórico da humanidade há de culminar com o respeito às culturas que a caracterizam e a necessária reparação dos danos da colonização à humanidade.

Compreendemos que em se tratando de seres humanos, não há neutralidade, todavia, todos buscamos e desejamos a verdade,

A ciência ocidental, é atualmente, encarregada de dizer quais são os conhecimentos “válidos” e “inválidos”. Por conta disso, todas as outras formas de produzir conhecimentos que não são ocidentais recebem algum adjetivo: (tradicional, tribal, ancestral), para diferenciá-la da única forma de produzir conhecimento: a ciência ocidental. (BUCHHHOLZ, 2015, p. 56).

Todos percebem que cientistas europeus estão espalhados pelo mundo extraindo conhecimentos dos povos primitivos e patenteando-os como próprios, onde está o mérito em colonizar a ciência? “A colonialidade do saber não só estabeleceu o eurocentrismo como perspectiva única de conhecimento, como descartou por completo a produção intelectual indígena e afro como “conhecimento” e, conseqüentemente, sua capacidade intelectual. (BUCHHHOLZ, 2015, p. 57).

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

Esse paradigma é inaceitável. A ciência e a filosofia nasceram na África (Mali e Egito). A primeira universidade também ficava em Mali na África, não na Europa. A humanidade precisa de uma sociologia das ausências e das emergências.

Essa manutenção opressiva no subdesenvolvimento é resultado de cinco séculos de colonização, neocolonização e hoje globocolonização. Somos atrelados a um sistema global de relações econômico-sociais, hoje globalizadas, que não controlamos e que nos dita o que devemos produzir, o que consumir e o que exportar. Não é aqui o lugar para detalharmos a crítica a esse sistema de convivência humana e de relacionamento com os bens de produção e consumo. Certo é que seu espírito e as motivações predominantes centralizadas na busca do lucro, do proveito e do interesse individual, assentados na propriedade privada dos meios de produção, no papel hegemônico do dinheiro-capital, na livre empresa, na comercialização do trabalho do homem, na sistemática depredação dos recursos escassos da natureza e na mercantilização de tudo, são terrivelmente inumanos e geram uma qualidade de vida extremamente pobre, anêmica e violenta. A organização do poder se articula de tal forma que corrobora continuamente o fortalecimento das minorias ricas sobre as maiorias pobres. A exploração ou, pelo menos, o uso do homem pelo outro homem, assume, muitas vezes, formas desapietadas com alta taxa de iniquidade social (BOFF, p.20-21).

Após as lutas pela independência das metrópoles colonizadores, diversos países conquistaram a independência com lutas onde o povo se envolveu diretamente por longos anos. Nos estranha a ausência da luta do povo na independência do Brasil e o fato de dom João VI ter mantido o título vitalício de Imperador do Brasil, após Portugal ter reconhecido a independência do Brasil em 1825 com a intervenção da Inglaterra (DPEDROIV, 2017). O fato, embora secundário sugere alguma influência e dominação

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE por parte do monarca sobre o filho Dom Pedro I o que não é enfatizado no ensino da História do Brasil. A independência do Brasil teria sido um acordo familiar entre pai (Dom João VI), filho (Dom Pedro I) e neto (Dom Pedro II) que levaram a monarquia brasileira até 1889?

A República também foi proclamada sem grande mobilização popular, ou seja o povo historicamente não se mobilizou em massa nem pela independência nem pela República. O que nos sugere o desafio de estudar a verdadeira História do Brasil. Motivo pelo qual enfatizamos que temos uma desmemória intencional, que o sistema de ensino por meio de um currículo precário da história favorece. “A independência trouxe aos homens colonizados a reparação moral e consagrou sua dignidade. Mas eles ainda não tiveram tempo de construir uma sociedade de construir e afirmar valores”. (FANON, 1968, p. 63).

Carecemos de memória e fortalecimento da identidade nacional brasileira. Carecemos de um ensino onde a cidadania consciente, participativa e interventiva de fato seja cultivada e implementada como valor e como interesse nacional.

O ensino pode contribuir para perpetuar o processo de alienação que predomina no ambiente escolar colonizado. O que somente poderá ser superado com uma crítica ao currículo no sentido de adequá-lo à memória histórica e cultural dos sujeitos em processo de desenvolvimento imersos no espaço escolar. (BONOW & MASCARENHAS, 2017).

O brasileiro de hoje precisa estudar para redescobrir suas origens, sua história, sua independência para superar o colonialismo. “Na situação colonial clássica, a sociedade colonizadora toma iniciativas em todos os campos, principalmente o econômico apoiada numa tomada de posse política prévia” (QUEIROZ, 2017, p.19). O desafio do sistema de ensino brasileiro é construir um currículo que inclua a cultura, as tradições, as memórias e lutas e conquistas do povo brasileiro, que favoreça o fortalecimento de sua identidade nacional e cultural, superando o tempo da colonização.

CONCLUSÃO

O sistema de ensino carece ser autônomo e original. Plantado nas memórias, interesses e raízes nacionais. “Toda colônia desenvolve para com a metrópole, tanto relação de subordinação quanto de ressentimento estreitamente interligadas, mas aparecendo em doses variáveis, sendo dominante, ora a submissão, ora o antagonismo” (QUEIROZ, 2014, p. 19-20). Como nação soberana e livre precisamos aprender a respeitar o passado de colonização por um lado, e por outro aprender a andar com as próprias pernas fortalecendo a memória, a identidade, a soberania, a economia e cultura nacional.

A educação, conscientemente dominada pela metrópole passa a ser um instrumento voltado para a adaptação, cuja finalidade principal é destruir ou pelo menos amenizar os processos de resistência ou de recusa do colonizado à cultura, valores e interesses do colonizador. O ensino em um país livre e soberano deve voltar-se para a valorização da cultura e das tradições dos povos que o integram, sem preferências ou exclusões. Um espaço especialmente importante do cenário da humanidade é o da Amazônia onde a preservação da sua identidade histórica, cultural de seus habitantes, povos e nações milenares, o exercício da cidadania brasileira por seus habitantes e a descolonização da educação da educação inicial, continuada e permanente é um dos principais desafios do ensino em todas as esferas da educação escolar e não escolar.

Eis a reflexão que esse pequeno estudo sugere: construir um ensino onde o currículo valorize a memória, a cultura e diversidade nacional do Brasil incluindo todas as nações e povos que contribuíram e contribuem para a riqueza da cultura, da sociedade e da economia do Brasil de hoje e de amanhã.

REFERÊNCIAS

BONOW, Dirnei & MASCARENHAS, Alexandre Garcia. **Pós-colonialismo e currículo escolar: Considerações sobre o contraste entre universalismo e relativismo.**

Disponível

em:



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE
<http://imagensdajustica.ufpel.edu.br/anais/trabalhos/GT%202/GT%202%20-%20BONOW,%20Dirnei.pdf>. Acesso 13/11/17.

BOFF, Leonardo. **Experimentar Deus, a transparência das coisas**. Disponível em:<http://files.direito-pucminas.webnode.com.pt/200000357-2b9852c94a/Leonardo%20Bof>, Acesso 12/11/17.

BUCHHOLZ, João Paulo. A longa crise de educação: um problema de colonialidade. In: **Cadernos de aplicação**, Jan/Dez, 2015, Vol 27/28, p. 55-61. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/50544/38166>. Acesso 12/11/2017.

CAPES. Documento de área ensino. Disponível em:
https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/E.
Acesso 12/11/17.

D'ARCAIS. Guiseppe Flores; ZULOAGA, Isabel Gutiérrez. Dicionario de Ciencias de la Educación, Madri : Ediciones Paulinas, 1990.

FANON, Frans.. **Os condenados da Terra**, Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini dicionário da língua portuguesa, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

MACHADO, José Pedro. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, vol. II, 8ª Edição, Lisboa : Livros Horizonte, 2003.

MACUA. **A educação colonial frente à cultura do colonizado**. Disponível em: <http://www.macua.org/livros/AEDUCAAOOCOLONIALFRENTECULTURADOCOLONIZADO.htm>. Acesso: 12/11/17.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Educação como uma forma de colonialismo. In: Cadernos Ceru, Série 2, V. 25, n 1. Junho 2014, p. 19-31, PDF. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/ceru/article/viewFile/89146/92022>. Acesso em 14/11/2017.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE
QUIJANO. Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina.**
Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf, 2005. Acesso 12/11/2017.

SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação, articulado ao Plano Nacional de Educação.
Revista Brasileira de Educação, v 15, 380-412, Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a13.pdf>. Acesso 12/11/2017.

WALSH, Caterine. Son posibles uns ciências sociales culturales otras? Reflexiones em torno a las epistemologias decononiales In: *Nomadas*, Universidade Central- Colômbia, N, 26, p. 102-113, 2007. Disponível em:
http://rai.ucentral.edu.co/images/editorial/nomadas/docs/nomadas_8_son_posibles_catherine.pdf. Acesso: 12/11/17.

13 de maio de 1825. **Dom João VI Reconhece a Independência do Brasil.** Disponível em: <http://dpedroiv.pt/cronologia/1825/maio/13/d--joao-vi-reconhece-a-independencia-do-brasil/79>. Acesso: 26/09/2017.

Recebido em 15/11/2017

Aceito em 30/11/2017.

Sobre autora e contato

Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas, Profa. Da Universidade Federal do Amazonas.

E-mail: suelyanm@ufam.edu.br